



Políticas públicas de inovação e empreendedorismo: análise dos municípios da AMARP

Public policies for innovation and entrepreneurship: analysis of the municipalities of AMARP

Rafaela Abraão Uniarp
Ivanete Schneider Hahn Uniarp / USP

Resumo: Este artigo se propôs a mapear as políticas públicas de inovação e empreendedorismo dos municípios da AMARP. Utiliza, como teoria de base, a teoria da Inovação e do Empreendedorismo. O levantamento foi conduzido nos 15 municípios que compõem a região da AMARP, sendo um estudo quantitativo quanto a natureza, exploratório e descritivo quanto ao objetivo, e quanto ao delineamento é uma pesquisa documental. A técnica de coleta de dados utilizada foi a documentação indireta, sendo os dados analisados por meio de análise de conteúdo, e posteriormente codificados e tratados de forma quantitativa. Os resultados mostram que apenas três municípios possuem atividades e políticas públicas formais de inovação e empreendedorismo: Caçador, Videira e Fraiburgo. São respectivamente, os maiores municípios em termos econômicos, população, economia e somente estes possuem universidades presenciais. Na análise de atividades e incentivos que os três municípios possuem voltados a inovação e empreendedorismo, tem-se principalmente: os centros de inovação; pré-incubadoras; atividades de pré-aceleração; *meetups*; *hackathons*; espaços de *coworking*, e eventos que fomentam a inovação e empreendedorismo. Os demais municípios, ainda mostram possuir poucas atividades e pouco fomento a inovação e empreendedorismo.

Palavras-chave: Inovação. Empreendedorismo. Tríplex Hélice.

Abstract: This paper aimed to map the public policies of innovation and entrepreneurship in the municipalities of AMARP. We used a base theory, the theory of Innovation and Entrepreneurship. The search was conducted in the 15 municipalities that make up the AMARP region, being a quantitative study, exploratory and descriptive in terms of objectives, and in terms of design, it is documentary research. The data collection technique used was indirect documentation, the data being analyzed through content analysis, and later coded and treated quantitatively. The results show that only three municipalities have formal innovation and entrepreneurship activities and public policies: Caçador, Videira, and Fraiburgo. They are, respectively, the largest municipalities in terms of economics, population, and economy and only these have on-site universities. In the analysis of activities and incentives that the three municipalities have, we have mainly: innovation centers; pre-incubators; pre-acceleration activities; meetups; hackathons; coworking spaces, and events that foster innovation and entrepreneurship. The other municipalities exhibit few activities and promotion of innovation and entrepreneurship.

Keywords: Innovation. Entrepreneurship. Triple Helix.

1 Introdução

O processo de inovação é aquele que engloba várias etapas e possibilita às organizações

transformarem ideias em produtos novos ou melhorados, serviços e processos, com o objetivo de avançar, competir ou mesmo diferenciar-se assertivamente no mercado onde estão inseridas (Baregheh et al., 2009). Em uma de suas definições mais tradicionais, àquela dada por Joseph Alois Schumpeter (1988), a inovação é o processo marcado pela descontinuidade do que está estabelecido e concebido. Pode dar-se por meio da introdução de um novo bem ou pelo incremento na qualidade de um bem, por um novo método de produção, abertura de um novo mercado, conquista de uma nova fonte de matéria-prima e ou criação de uma nova forma de organização.

Ao construir um plano de governo, fica a encargo do Estado a criação de programas e ações direcionadas à população em geral. Estas são as chamadas “políticas públicas” (Bezerra et al., 2014). A política pública se refere a trazer o governo para ação, analisando e propondo as mudanças necessárias (Souza, 2006). Ainda, podem ser vistas como um conjunto de projetos e ações, direcionado a setores específicos da sociedade, tendo o Estado como responsável e enfatiza ainda a política pública social, como uma forma de auxiliar no desenvolvimento socioeconômico (Höfling, 2001).

Então, resumidamente, políticas públicas podem ser definidas como ações do Estado diante da necessidade do povo. As ações públicas abrangem diversos setores igualmente ou concentram-se em um específico, como saúde ou segurança, por exemplo. Podem, ainda, contribuir muito no desenvolvimento prático do empreendedor, dependendo das crenças e definições pautadas no plano de governo. Possuem finalidades distintas desde o incentivo até o suporte à inovação (Reis et al., 2011).

Quando se refere à inovação e ao empreendedorismo, da mesma forma que para educação, saúde ou infraestrutura, é necessário estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento de ecossistemas de inovação (Bittencourt & Figueiró, 2019). É válido ressaltar que o esforço de estruturar políticas públicas para micro, pequenas e médias empresas (MPEs) no Brasil é recente (Barboza et al., 2017). Como explica Leite (2021, p.41) “o processo inovativo começou tarde no Brasil em relação a outros países, sendo que ao longo dos anos houve algumas ações que contribuíram para o desenvolvimento de políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação”, principalmente a partir dos anos 2000, com a promulgação da Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, conhecida como Lei da Inovação, que permitiu criar medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Brasil, com vistas ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

Nesse sentido, diversos são os estudos conduzidos, que trazem à tona o tema. Por exemplo, em levantamento procedido por Barboza et al. (2017), os autores constataram que muitas empresas não apresentam competências internas suficientes para fomentar inovações, tornam-se dependentes de parcerias externas para o alcance desse objetivo, especialmente quando se trata de MPEs. Reis et al. (2011) analisaram as políticas públicas para inovação, por meio de dois programas: Programa Primeira Empresa Inovadora (PRIME) e Programa de Incentivo à Inovação (PII). Os autores concluíram que, embora ambos os programas fossem importantes em prol do robustecimento das empresas de base tecnológica, é necessário um ajustamento entre os programas, de modo a melhorar o direcionamento dos recursos públicos. Em pesquisa conduzida no sul do Brasil, por Bittencourt & Figueiró (2019), os autores estudaram a interação entre uma empresa multinacional alemã, uma escola pública, uma universidade, o governo municipal e a comunidade local. Outros estudos foram conduzidos (p.e. Bezerra et al., 2014; Bittencourt & Figueiró, 2019; Leite, 2021; Schmitz, 2017), no entanto, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para consolidar-se mundialmente como um país inovador (Leite, 2021).

Internacionalmente, os estudos vêm focando em diferentes temas, vinculando a

inovação e o empreendedorismo ao desenvolvimento, tais como: relação do conceito de inovação social nas abordagens territoriais (Tricarico et al., 2022); as combinações de condições de inovação, finanças e desenvolvimento sustentável, que elevam o nível de empreendedorismo de um país (Cervelló-Royo et al., 2022); relação de dados entre empreendedorismo, inovação, desenvolvimento socioeconômico e progresso (Kostakis & Tsagarakis, 2022); a inovação frugal no empreendedorismo social em economias emergentes (Goyal, 2021); organizações de apoio ao ecossistema, como aceleradoras, incubadoras e *hubs*, como componentes do *pipeline* de empreendimentos de uma cidade (Egan, 2021); a interrelação entre universidades e atores do ecossistema em duas direções: (a) universidades fomentando e melhorando os ecossistemas por meio de suas atividades principais; e (b) atores do ecossistema moldando capacidades e acesso a recursos para universidades (Schaeffer et al., 2021); aplicação da teoria schumpeteriana à literatura de inovação e empreendedorismo (Callegari & Nybakk, 2022); que a atratividade da cidade em termos de mobilidade estudantil é influenciada pela capacidade das cidades de gerar e promover inovação em termos de empresas de alta tecnologia local e especialmente (Marchesani et al., 2022); e como os conceitos de inovação podem ser adaptados para atender às necessidades dos países em desenvolvimento e como eles podem promover seus objetivos de desenvolvimento sustentável, como crescimento econômico, aumento da produtividade, empreendedorismo e criação de empregos (Shkabatur et al., 2022).

Santa Catarina é tido como referência de ecossistema de inovação no Brasil. Florianópolis, por exemplo, tem a maior densidade de startups por mil habitantes no país – são cinco startups para cada mil habitantes. Blumenau (no Vale do Itajaí) e Joinville (no Norte) também estão entre as dez cidades brasileiras com maior densidade de negócios escaláveis, inovadores e tecnológicos (ACATE, 2021). No entanto, esse não é o caso da região do meio oeste de Santa Catarina, especialmente dos municípios que compreendem a região da AMARP, que mesmo tendo um ecossistema de negócios bem estabelecido, é totalmente dependente tecnologias oriundas de outras regiões, especialmente de outros países – o que afeta sua competitividade. Pautado nisso, a presente proposta se atém inicialmente a responder alguns problemas práticos, a saber: (1) Como está configurado o ecossistema de inovação da região da AMARP? Pautado nisso, o **objetivo deste estudo consiste em mapear as políticas públicas de inovação e empreendedorismo, tendo foco nos municípios da AMARP.**

Para atingir o proposto, o presente artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: (1) introdução, contendo a contextualização da pesquisa; (2) embasamento teórico que justifique epistemologicamente a pesquisa de campo; (3) metodologia da pesquisa; resultados e discussões, e por final, as conclusões, limitações da pesquisa e recomendações de pesquisas futuras.

2 Inovação e Empreendedorismo

O empreendedorismo muitas vezes é relacionado ou até visto como um sinônimo de inovação. São dois elementos quase intrínsecos e vários autores até dizem que o empreendedorismo dá vida à inovação e vice-versa. Em uma mente inovadora, empreender muitas vezes é o caminho, e como empreender sem inovar? Sob determinada ótica, até é possível, mas quando se cria algo que já existe as chances de sucesso são minimizadas. Desta forma é necessário, ou aconselhável, ao menos atualizar as soluções já apresentadas por determinada inovação (Zhao, 2005).

Não obstante, é necessária uma combinação de empreendedorismo e inovação, e esse pode ser o segredo e a chave para a sustentabilidade das organizações frente às mudanças rápidas e dinâmicas enfrentadas pela sociedade (Zhao, 2005). No Manual de Oslo (2005), a

inovação é apresentada como a implementação de um novo ou melhorado produto, bem, serviço, processo ou método. Esse conceito de novidade ou aperfeiçoamento também é defendido em lei pelo Marco Legal de Ciência Tecnologia e Inovação (CT&I) do Brasil de 2016 (Manuel & Fernandes, 2022).

Outros conceitos relevantes tratam a inovação como uma nova combinação ou configuração de práticas sociais que buscam satisfazer ou atender à demanda da sociedade (Howaldt & Schwarz, 2010). E, finalmente, Murray et al. (2017) explicam que, ao inovar, deve-se satisfazer necessidades e gerar novas relações sociais. Conforme contido no Manual de Oslo, muitas das atividades abrangidas pelo conceito de inovação podem não ser em si inovadoras sob um olhar mais criterioso, mas são necessárias para a implementação de inovações (Manuel & Fernandes, 2022).

Além da inovação, o empreendedor precisa, muitas vezes, de assertividade inovadora, ele precisa ser arrojado, romper paradigmas, precisa criar algo que resolva novos problemas ou desperte novos olhares e possíveis soluções diante de um problema antigo. Nesse momento é interessante pensar no empreendedorismo inovador, que foi descrito por Schumpeter (1988) como uma destruição criativa, a qual rompe ideias e reorganiza o mercado.

Ao empreender, é necessário ir além, gerar ações criativas e fora dos padrões convencionais, ou buscar oportunidades e ir além dos recursos que atualmente controlam o indivíduo (Stevenson & Jarillo, 2007). Não obstante, empreender é implementar de forma bem-sucedida uma ideia, combinando criatividade, inovação e gestão do negócio. Assim, o empreendedorismo se trata de um processo criativo e de manutenção do valor econômico e social (Mars & Rios-Aguilar, 2010). Para os mesmos autores, consiste em identificar oportunidades e desenvolver estratégias e soluções criativas e de inovação para determinada necessidade. Porém, não basta apenas encontrar soluções, é necessário levá-las até o local de demanda e resolver o problema na prática.

O empreendedorismo está relacionado à resolução de problemas do dia a dia, de forma ágil e inovadora, e ao desenvolvimento de novas oportunidades de crescimento profissional e social: geração de novas empresas, geração de emprego e renda, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, busca constante de maior produtividade e competitividade, melhor qualidade de vida, mais cultura e conhecimento (Audy, 2006, p. 62).

Dessa forma, o empreendedorismo pode então ser visto como uma tratativa qualquer de criação, ou seja, vai além de uma iniciativa, ou até a criação ou expansão de um negócio existente. Entretanto, além das possibilidades de cunho empresarial, o empreendedorismo também pode assumir um lado social, isto é, “empreendedorismo social”, que é usado para designar estratégias empreendedoras projetadas por estudantes e professores universitários com a finalidade de solucionar problemas sociais (Mars & Rios-Aguilar, 2010).

Cabe destacar a fala de Lundström e Stevenson (2005, apud Bezerra et al., 2014), que defendem a política pública, com base no empreendedorismo, como sendo uma ação do governo para processos iniciais, servindo como um incentivo para encorajar pessoas a escolherem empreendedorismo como opção de carreira.

A inovação é a ação de melhorias socioeconômicas, utilizada pelos gestores públicos para lidarem com as novas demandas da sociedade. É um guia para o que se pretende melhorar (Emmendoerfer, 2019). Para melhor compreender a importância do papel do governo na elaboração e implementação de políticas públicas, vale a pena analisar materiais como o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), um consórcio patrocinado pelo SEBRAE, que reúne várias equipes nacionais, associadas a renomadas instituições acadêmicas que desenvolvem projetos de pesquisa sobre o empreendedorismo mundial. O Brasil há muito tempo tem altas taxas de

atividade empreendedora. Em 2010, o estudo já apontava que o empreendedorismo brasileiro vinha ganhando destaque, inclusive internacional. Em 2021, apesar dos impactos causados pela pandemia, a sua taxa de empreendedores em estágio inicial (TEA) foi de 21%, abaixo de 2020 (23,4%), mas ainda acima de todas as economias GEM participantes com populações superiores a 50 milhões (GEM, 2021/2022).

Entretanto, apesar do aumento nos índices de dados, a atividade empreendedora brasileira tem sido frustrada pelas políticas públicas locais, que, segundo o estudo, parecem reduzir a produtividade e a competitividade. Como consequência, muitos empresários estão deixando de contratar grandes quantias para funcionários formais, ou seja, preferindo efetuar várias tarefas ao delegar funções para terceiros. Além disso, muitos estão deixando de realizar as etapas necessárias para exportação de produtos e, logo, potencialização de retornos. Boa parte disso se deve ao grande mercado interno brasileiro, dificuldades fiscais e baixo investimento privado em infraestrutura (GEM, 2021/2022). Talvez por causa desses e ainda outros fatores, muitos dos entrevistados na pesquisa apresentam-se relativamente inseguros nas perspectivas pós-pandemia, mas acreditam na importância da tecnologia como aliada para a inovação (GEM, 2021/2022). Em resumo, foram obtidas baixas notas para infraestrutura física, impostos, burocracia e facilidade de acesso a financiamento, e boas notas para tecnologia digital e dinâmica de mercado.

3 Papel dos municípios no desenvolvimento de políticas públicas de inovação e empreendedorismo

Hélice tríplice é a relação entre universidade, indústria e governo, utilizada como um modelo de inovação. Está dividido em três dimensões, sendo a primeira transformação interna, alianças estratégicas. Segunda, a influência de uma hélice sobre a outra. Terceira, o desenvolvimento de tecnologia, com um novo conceito (Etzkowitz, 2002).

Em um contexto mais prático, o governo desempenha um papel importante através da “criação de leis, regulamentos, concessão de crédito financeiro” (p.8), acesso a informações, pesquisa, laboratórios, com equipes qualificadas como em universidades, criando produtos e serviços de forma mais tecnológica; transformando conhecimentos em produtos de valor para a sociedade, gerando inovação e desenvolvimento econômico. Alguns recursos financeiros, possíveis de serem concedidos pelo governo federal a empresas privadas são: subvenção econômica, financiamento ou participação acionária (Reis et al., 2011).

O papel das três hélices de forma resumida é: conhecimento fornecido pelas Universidades; aplicação e prática que fica a cargo da Empresa; financiamento e a influência para facilitar a implantação de cultura de inovação e desenvolvimento, papel do Governo (Camboim, 2013). Hélice quádrupla é a relação entre universidade, indústria, governo e mídia, abrangendo os autores da sociedade civil e pública, tem como base cultura, arte, valores, estilo de vida, criatividade e inovação (Bikse & Rivza, 2017).

Na hélice quádrupla se capacita e conecta várias áreas, inclui-se a cooperação, a diversidade de ideias e diversos pontos de vista, visando com isso o aumento da capacidade de inovação. Nessa hélice, a sociedade civil também pode ser utilizada para alcançar objetivos e metas, sendo ela uma usuária de inovação, em que alavanca novos produtos, serviços e soluções inovadoras. O papel dessa extensão consiste em fornecer ferramentas, informações e fóruns (Mineiro et al., 2018).

Hélice quádrupla remete ao Meio Ambiente, questões de desenvolvimento sustentável e ecologia social. Surgiu a partir da necessidade de diminuir a emissão de CO², por conta do aquecimento global. Este modelo vem com intuito de uma evolução de longo prazo. Para esta

grande transformação são necessárias novas inovações com mais atores; estabelecer mais conhecimento e aplicações (Mineiro et al., 2018).

4 Delimitações Metodológicas

Quanto ao objetivo, essa pesquisa classificou-se como pesquisa exploratória e descritiva. Categoriza-se como exploratória, pois parte da premissa de que é necessário ampliar a familiaridade com o problema (Gil, 2019). É descritiva, pois uma das características desse tipo de pesquisa, na explicação de Gil (2019), é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como a observação sistemática, por meio de uma pesquisa documental.

Nesse estudo, tem-se a pesquisa documental como técnica que se refere à análise dos documentos que contêm informações sobre o fenômeno em análise (Bailey, 1994 apud Hahn, 2017). O uso de documentos traz grandes vantagens sobre outros métodos, especialmente por eliminar parte da influência exercida pela presença ou intervenção do pesquisador. Isso porque o documento é um instrumento que não sofre domínio do pesquisador, constituindo fonte de informação em sentido único (de Oliveira Garcia et al., 2016; Hahn, 2017)

Para tal, a técnica de coleta de dados utilizada foi a documentação indireta. Isto é, foram levantadas as leis municipais que versam sobre o tema, a existência de conselhos municipais de apoio, de espaços públicos de fomento à inovação e empreendedorismo, tais como: aceleradoras, incubadoras, parques tecnológicos, laboratórios de pesquisa, Núcleo de Inovação Tecnológica, espaços de *coworking*, espaços *makers*, entre outros.

4.1 Lócus da pesquisa

Para a operacionalização da pesquisa, a amostra, que é definida por Hair et al. (2005) como o grupo de elementos relevantes para a pesquisa, foi composta pelos municípios da AMARP – conforme Tabela 1.

Tabela 1: dados socioeconômicos dos municípios da amostra

Município	População	IDH	PIB	Website
Arroio Trinta	3.502	0,764	R\$ 89,3 milhões	https://www.arroio-trinta.sc.gov.br/
Caçador	70.762	0,735	R\$ 3,3 bilhões	https://www.cacador.sc.gov.br/
Calmon	3.387	0,622	R\$ 78,6 milhões	https://www.calmon.sc.gov.br/
Fraiburgo	34.553	0,731	R\$ 977,4 milhões	https://fraiburgo.atende.net/
Ibiam	1.945	0,725	R\$ 53,4 milhões	https://www.ibiam.sc.gov.br/
Iomerê	2.739	0,795	R\$ 124,8 milhões	https://www.iomere.sc.gov.br/
Lebon Régis	11.838	0,649	R\$ 246,8 milhões	https://www.lebonregis.sc.gov.br/
Macieira	1.826	0,662	R\$ 48,7 milhões	https://www.macieira.sc.gov.br/
Matos Costa	2.839	0,657	R\$ 51,8 milhões	https://matoscosta.sc.gov.br/
Pinheiro Preto	3.147	0,777	R\$ 161,5 milhões	https://www.pinheiro-preto.sc.gov.br/
Rio das Antas	6.143	0,697	R\$ 191 milhões	https://www.riodasantas.sc.gov.br/
Salto Veloso	4.301	0,784	R\$ 171,6 milhões	https://www.saltoveloso.sc.gov.br/

Tangará	8.674	0,737	R\$ 409,5 milhões	https://www.tangara.sc.gov.br/
Timbó Grande	7.167	0,659	R\$ 197,3 milhões	https://www.timbo-grande.sc.gov.br/
Videira	47.188	0,764	R\$ 2,4 Bilhões	https://www.videira.sc.gov.br/

Fonte: dados da pesquisa

Estabeleceu-se analisar, em primeiro momento, todos os municípios, de modo a construir um panorama das políticas públicas para fomento à inovação e empreendedorismo destes municípios. Assim não há, ainda, critérios de inclusão ou exclusão.

A análise dos dados aconteceu por meio de análise de conteúdo. Bardin (2004) organiza e separa a técnica de análise de conteúdo em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação – metodologia que será seguida neste estudo.

5 Resultados

Nesta seção, são apresentados os resultados do levantamento conduzido junto aos municípios da Amarp. Na Tabela 2 e Tabela 3, são apresentados esquematizados os resultados do levantamento.

Tabela 2: Resumo do levantamento junto aos municípios

Município	Conselho Municipal de Inovação ou afim?	Lei de Inovação ou afim?	Incentivos fiscais?	Espaços públicos de fomento à inovação e empreendedorismo?
Arroio Trinta	Não	Não	Sim	Não
Caçador	Sim	Sim	Sim	Sim
Calmon	Não	Não	Sim	Não
Fraiburgo	Sim	Sim	Sim	Sim
Ibiam	Não	Não	Sim	Não
Iomerê	Não	Não	Não	Não
Lebon Régis	Não	Não	Sim	Não
Macieira	Não	Não	Não	Não
Matos Costa	Não	Não	Não	Não
Pinheiro Preto	Não	Não	Sim	Não
Rio das Antas	Não	Não	Não	Não
Salto Veloso	Não	Não	Não	Não
Tangará	Não	Não	Não	Não
Timbó Grande	Não	Não	Não	Não
Videira	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 3: Espaços de Inovação e Empreendedorismo / e ou atividades

Município	Aceleradoras	Incubadoras	Parques tecnológicos	Laboratórios de pesquisa	Núcleo de Inovação Tecnológica	Espaços makers	Eventos
Arroio Trinta	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Caçador	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Calmon	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Fraiburgo	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Ibiam	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Iomerê	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Lebon Régis	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Macieira	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Matos Costa	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Pinheiro Preto	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Rio das Antas	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Salto Veloso	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Tangará	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Timbó Grande	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Videira	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: não foram consideradas ações de pré-aceleração, ou laboratórios de pesquisa que não prestam serviços para a comunidade; e nem espaços *makers* destinados apenas para educação básica.

A partir dos resultados da Tabela 2, é possível verificar que existem institucionalizadas, nos municípios da Amarp, poucas políticas públicas de apoio à inovação e empreendedorismo, sendo que apenas três municípios possuem Conselho Municipal de Inovação ou afim; Lei de Inovação ou afim e espaços públicos de fomento à inovação e empreendedorismo – sendo: Caçador, Videira e Fraiburgo. No que tange a incentivos fiscais, têm-se ações em mais de metade dos municípios, sendo: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiã, Lebon Régis, Pinheiro Preto e Videira.

Conforme apresentado nas Tabelas 2 e 3, existem pontos em comum entre os municípios que possuem esforços quanto ao fomento da inovação e do empreendedorismo. Em primeiro lugar, os três municípios que aparecem com mais políticas públicas, são os três maiores municípios em termos de população: Caçador, Videira e Fraiburgo. Os três possuem incentivos fiscais; espaços públicos para a inovação, como incubadoras e eventos sobre o tema. E o mais importante é que os três municípios que incentivam a inovação, têm todas as alianças da tríplice hélice instaladas no município, sendo a tríplice hélice formada por universidade, indústria e governo. Neste ponto, é importante ressaltar que, na região da Amarp, somente os três municípios (Caçador, Videira e Fraiburgo) possuem campus de universidade (presencial).

No que tange às leis de inovação e aos Conselhos de Inovação e afins, também presentes somente nos municípios de Caçador, Videira e Fraiburgo, tem-se que:

- **Caçador:** vigora a Lei Complementar nº 399 que foi criada em 9 de junho de 2021 e alterada em 20 de junho de 2022, no qual propõe incentivos a atividades inovadoras, a criação do Conselho Municipal de Inovação, suas competências e objetivos.

O Conselho Municipal de Inovação (CMI) de Caçador é composto pela hélice tríplice e quádrupla, onde possui dois representantes dos órgãos públicos municipais, sendo um do Poder Executivo e outro do Poder Legislativo, esses simbolizam o GOVERNO. Dois representantes de Instituições de ensino superior ou profissionalizantes, esses representam a UNIVERSIDADE. Dois representantes da iniciativa privada, sendo um de entidades empresariais e outro de órgão de classe, esses representando EMPRESA. Dois membros representantes de Entidades da Sociedade Civil Organizada, esses simbolizando SOCIEDADE CIVIL. Cada órgão representante possui suas funções descritas na Lei Complementar nº 399, que foi criada em 9 de junho de 2021 e alterada em 20 de junho de 2022 (s.p.), sendo as principais:

I - formular, propor, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do Município a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;

II - promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já existentes;

III - promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas;

IV - contribuir com a política de inovação;

V - sugerir políticas de captação e alocação de recursos;

XIII - incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais e à transição para a economia verde;

XIV - promover estudos para prevenir e evitar os impactos sociais e ambientais negativos das inovações através de políticas para adaptação ao emprego e controle das condições de trabalho e de políticas de transição para a economia verde.

- **Fraiburgo:** vigora a Lei nº 2.562, de 22 de fevereiro de 2022 - que objetiva o estímulo à inovação, pesquisa científica e à criação do Conselho Municipal de Inovação. O Conselho Municipal de Inovação (CMI) de Fraiburgo é composto pela hélice tríplice, onde possui dois representantes do poder público municipal, que equivale ao GOVERNO. Três representantes do setor econômico do município, que equivale à EMPRESA. Dois representantes da instituição de ensino, ciência e tecnologia, que equivale à UNIVERSIDADE. Cada órgão representante possui suas funções descritas na Lei nº 2.562, de 22 de fevereiro de 2022 (s.p), sendo as principais:

I - Estudar, formular e propor princípios, diretrizes, políticas, estratégias e ações para promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação, contribuir para estruturar o Ecosistema de Inovação de Fraiburgo em harmonia com demais Políticas de Desenvolvimento Urbano e Regional;

II - acompanhar a implementação da Política Municipal de Inovação, em especial os programas relativos à Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como o empreendedorismo inovador intensivo de conhecimento, e recomendar as providências necessárias ao alcance de seus objetivos;

IV - elaborar e sugerir ações que visem propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos;

V - sugerir a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação dos resultados estratégicos alcançados pelos programas e projetos;

VIII - promover, quando necessário, a realização de seminários ou encontros regionais sobre temas de sua agenda, bem como estudos sobre a definição de convênios e parcerias necessárias ao cumprimento da Política.

- **Videira:** vigora a Lei nº 3.780/20, de 27 de fevereiro de 2020, dispõe sobre criação do centro de inovação. Atenta-se aqui que não é uma Lei de Inovação especificamente, mas institui alguns princípios importantes. O Conselho Municipal de Inovação de Videira é composto pela hélice tríplice, onde possui um representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável e dois representantes do poder executivo municipal, estes representando o GOVERNO. Um representante da instituição UNOESC e um do Instituto Federal Catarinense (IFC) e da EPAGRI (neste caso, uma instituição de ciência e tecnologia), que se caracterizam como UNIVERSIDADE. Um representante da ACIAV, um representante da CDL e um representante da FIESC, que representam as EMPRESAS.

Na análise de atividades e incentivos que os três municípios possuem voltados à inovação e empreendedorismo, tem-se principalmente: os centros de inovação; pré-incubadoras; atividades de pré-aceleração; *meetups*; *hackathons*; espaços de *coworking* e eventos que fomentam a inovação e o empreendedorismo.

6 Discussão dos resultados

Esta seção se destina a apresentar as principais discussões e implicações dos resultados encontrados. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, na região da Amarp, somente três municípios (Caçador, Videira e Fraiburgo) possuem campus de universidade (presencial). Esses três municípios também são os maiores em termos populacionais e em termos econômicos.

Isso traz à tona uma discussão sobre a importância das universidades para a geração de inovação e empreendedorismo, uma vez que se nota que há avanços sobre o tema nos municípios que possuem universidades instaladas. As universidades têm o intuito de promover soluções a problemas e necessidades da organização social. A busca pelo conhecimento e pesquisas constantes são fortes armas proporcionadas pela universidade à sociedade (Bosco,

2018). Mas essas contribuições vão muito além, haja vista que as universidades são cada vez mais percebidas como agentes do desenvolvimento regional (Schaeffer et al., 2018). Hoje se reconhece que as contribuições acadêmicas para o ambiente socioeconômico vão muito além da investigação científica e das atividades de ensino e incorporam, à missão acadêmica, iniciativas orientadas para o mercado (Schaeffer et al., 2018; Schmitz, 2017). No entanto, a literatura já reconhece que esses efeitos são geograficamente limitados, atuando somente nos ecossistemas de inovação locais, ou seja, ocorrendo mais fortemente no nível das cidades (Schaeffer et al., 2018).

O papel das Universidades na tríplice hélice se refere a: (i) gerar novos conhecimentos; (ii) buscar relacionamentos entre governo e empresas; (iii) buscar novas lacunas de pesquisa; (iv) liderar processos de mudança. Suas limitações estão na: (i) dependência de órgãos de fomento para a condução das pesquisas; (ii) visão limitada de capacitação de mão de obra e formação profissional; e (iii) vínculos fracos com a sociedade e empresas (Mineiro et al., 2018).

Embora a formação de capital humano também contribua para a produção inovadora, seus impactos são de menor relevância em comparação com instituições de ensino superior que alcançam excelência em pesquisa. Isso representa sérios desafios para os formuladores de políticas quando visam à formação e aprimoramento de iniciativas para desenvolver ecossistemas inovadores, principalmente para áreas periféricas. Em primeiro lugar, essas regiões provavelmente não colherão benefícios substanciais da proximidade de hubs bem-sucedidos (Schaeffer et al., 2018) – informações que são corroboradas pela presente pesquisa.

Esse achado, no entanto, possui outro limitante: os outros municípios da região em estudo serem pequenos em termos de população e por não viabilizarem economicamente uma universidade. Nesse caso, levanta-se outra importante questão a ser discutida: Como gerar mais desenvolvimento econômico, inovação e empreendedorismo em cidades/ municípios pequenos?

Primeiro, deve-se falar sobre o desenvolvimento e os fatores que impulsionam o desenvolvimento e desempenho das cidades, que vão além do mero tamanho. Fatores como composição industrial, capacidades institucionais, processos de inovação, dinâmica empresarial, podem desempenhar um papel mais importante na determinação do sucesso (e fracasso) de lugares urbanos menores. Isto implica que as pequenas e médias cidades podem de fato ser bem-sucedidas sem se tornarem grandes e que desenvolvem certas dinâmicas econômicas que podem ser diferentes das das grandes cidades (Mayer & Motoyama, 2020).

Não obstante, as estratégias de desenvolvimento econômico nas áreas metropolitanas que visam ao desenvolvimento de novos negócios podem não ser igualmente aplicáveis às pequenas e regiões periféricas devido à falta de economias de aglomeração e ao fraco ecossistema empreendedor para estas últimas – que é um dos principais problemas (Liu et al., 2021).

Estudo conduzido por Liu et al. (2021), no contexto americano, mostra que o planejamento cuidadoso e o gerenciamento do crescimento são necessários para manter as vantagens das pequenas cidades. Além disso, a política de desenvolvimento econômico e empreendedorismo em cidades pequenas pode ser mais bem-sucedida ao se envolver com a geração de meia-idade. Diante do envelhecimento da população, muitas cidades pequenas estão se esforçando para reter famílias jovens. Esses esforços não são necessariamente eficazes na promoção do empreendedorismo. Em vez disso, atrair famílias ricas de meia-idade pode trazer oportunidades de mercado e recursos necessários para empreendedores em pequenas cidades.

Por fim, para Javanmardi (2022), um ecossistema de inovação possui três elementos essenciais: capital humano, capital financeiro e capital tecnológico. O autor sugere a necessidade de uma atenção especial dada à inovação por meio de políticas e ações

significativas para o desenvolvimento do capital humano; sendo que uma das principais instâncias de redes que podem fortalecer os ecossistemas de inovação são os consórcios formados por universidades e centros de pesquisa (incluindo internos e externos), setor público, setor privado e diferentes indústrias nos setores privado e público.

Cabe inferir ainda que o movimento destes municípios não é tão distinto do movimento brasileiro de inovação, haja vista que este se iniciou muito tarde no Brasil, onde a Lei da Inovação foi o que permitiu criar medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica. Cabe destacar a fala de Lundström e Stevenson (2005, apud Bezerra et al., 2014), que defende a política pública com base no empreendedorismo, como sendo uma ação do governo para processos iniciais, servindo como um incentivo para encorajar pessoas a escolherem o empreendedorismo como opção de carreira.

7 Conclusões e implicações práticas da pesquisa

Este artigo se destinou a mapear as políticas públicas de inovação e empreendedorismo dos municípios da AMARP. A partir da análise dos resultados, conclui-se que apenas três municípios possuem atividades e políticas públicas formais de inovação e empreendedorismo: Caçador, Videira e Fraiburgo. Coincidentemente, são, respectivamente, os maiores municípios em termos econômicos, população, economia e somente estes possuem universidades presenciais. Os demais municípios ainda mostram possuir poucas atividades e pouco fomento à inovação e ao empreendedorismo.

Ao considerar que a adoção de políticas públicas de inovação e empreendedorismo contribuem para o crescimento local, pode-se dizer que os municípios que vêm investindo em inovação e empreendedorismo, em longo prazo, devem ter desempenho econômico melhor que os demais. Por outro lado, os municípios que não possuem políticas públicas de inovação e empreendedorismo correm o risco de observar alto desemprego, estagnação econômica, migração da população para municípios maiores, falta de diversidade e competição, causando inércia comercial e/ou industrial.

8 Limitações da pesquisa e sugestão de pesquisas futuras

Como principais limitações do estudo ressaltam-se a não utilização de dados primários – isto é, utilizaram-se apenas dados secundários disponíveis em diferentes websites dos municípios. Isso pode, de alguma forma, comprometer a quantidade de informações relacionadas, especialmente, a eventos e atividades de inovação e empreendedorismo dos municípios. Outrossim, algumas informações podem ser imprecisas. Além disso, pelo tipo de método escolhido, não se tem as explicações sobre quais fatores levam os próprios agentes municipais a investir (no caso dos três municípios que investem) ou a não investir (no caso dos demais) em inovação e empreendedorismo – o que fica como recomendações de pesquisas futuras.

Referências

- Audy, J. L. N. (2006). Entre a tradição e a renovação: os desafios da universidade empreendedora. In *Inovação e Empreendedorismo na Universidade* (1st ed.).
- Barboza, R. A. B., Fonseca, S. A., & Ramalheiro, G. C. de F. (2017). O papel das políticas públicas para potencializar a inovação em pequenas empresas de base tradicional. *REGE*

- *Revista de Gestão*, 24(1), 58–71. <https://doi.org/10.1016/j.rege.2016.10.001>
- Baregheh, A., Rowley, J., & Sambrook, S. (2009). Towards a multidisciplinary definition of innovation. *Management Decision*, 47(8), 1323–1339. <https://doi.org/10.1108/00251740910984578>
- Bezerra, É., Silva, G., Borges, C., & Tondolo, L. (2014). Políticas Públicas de Empreendedorismo no Brasil: Levantamento e Análise. *VIII Encontro de Estudos Em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas - EGEPE*, 1–16.
- Bikse, V., & Rivza, B. (2017). The Helix Model System as a Challenge and Driver for Rural and Regional Development. *New Trends and Issues Proceedings on Humanities and Social Sciences*, 2(6), 24–34. <https://doi.org/10.18844/gjhss.v2i6.1425>
- Bittencourt, B. A., & Figueiró, P. S. (2019). A criação de valor compartilhado com base em um ecossistema de inovação. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(4), 1002–1015. <https://doi.org/10.1590/1679-395174403>
- Bosco, G. P. (2018). A universidade como pilar na produção do conhecimento. *Revista Jus Navigandi*, 23(5304).
- Callegari, B., & Nybakk, E. (2022). Schumpeterian theory and research on forestry innovation and entrepreneurship: The state of the art, issues and an agenda. *Forest Policy and Economics*, 138(December 2021), 102720. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2022.102720>
- Camboim, V. S. da C. (2013). *Avaliação da interação universidade - empresas - governo no desenvolvimento de projetos inovadores no RN por micro e pequenas empresas*. 95.
- Cervelló-Royo, R., Moya-Clemente, I., Perelló-Marin, M. R., & Ribes-Giner, G. (2022). A configurational approach to a country's entrepreneurship level: Innovation, financial and development factors. *Journal of Business Research*, 140(October 2021), 394–402. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.11.009>
- de Oliveira Garcia, M., Rodrigues, P., Emmendoerfer, M., Gava, R., & Silveira, S. (2016). Usos da Pesquisa Documental em Estudos sobre Administração Pública no Brasil. *TPA - Teoria e Prática Em Administração*, 6(1), 41–68.
- Egan, E. J. (2021). A framework for assessing municipal high-growth high-technology entrepreneurship policy. *Research Policy*, December 2019, 104292. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2021.104292>
- Emmendoerfer, M. L. (2019). *Inovação e Empreendedorismo no Setor Público* (ENAP (ed.)). <https://doi.org/10.14211/regepe.v9i2.1727>
- Etzkowitz, H. (2002). *A Tríplice Hélice Universidade-Indústria-Governo Implicações para Política e Avaliação Relações Universidade-Indústria-Governo*.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (7th ed.). Atlas.
- Goyal, L. (2021). Exploring frugal innovation in social entrepreneurship:: Insights from

- emerging economies. *Organizational Dynamics*, 50(2), 100782. <https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2020.100782>
- Hahn, I. S. (2017). *Negócios na base da pirâmide: uma análise de empresas multinacionais brasileiras*. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
- Hair, J. F., Babin, B., Money, A. H., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração*. Bookman.
- Höfling, E. de M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos CEDES*, 21(55), 30–41. <https://doi.org/10.1590/s0101-32622001000300003>
- Howaldt, J., & Schwarz, M. (2010). Social innovation and the division of labour. *Futures*, 17(3), 279–281. [https://doi.org/10.1016/0016-3287\(85\)90040-0](https://doi.org/10.1016/0016-3287(85)90040-0)
- Javanmardi, S. (2022). Identifying Factors Influencing Iranian Innovation Ecosystem and Determining Their Links. *Sustainable Futures*, 100081. <https://doi.org/10.1016/j.sfr.2022.100081>
- Joseph Alois Schumpeter. (1988). *Teoria do Desenvolvimento Econômico*.
- Kostakis, I., & Tsagarakis, K. P. (2022). The role of entrepreneurship, innovation and socioeconomic development on circularity rate: Empirical evidence from selected European countries. *Journal of Cleaner Production*, 348(February), 131267. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.131267>
- Leite, C. (2021). *Public Innovation Policies: a brief study on the conceptual frameworks, challenges and their perspectives in Brazil*. 41–61.
- Liu, S., Qian, H., & Haynes, K. E. (2021). Entrepreneurship in Small Cities: Evidence From U.S. Micropolitan Areas. *Economic Development Quarterly*, 35(1), 3–21. <https://doi.org/10.1177/0891242420941927>
- Manuel, L., & Fernandes, R. (2022). *Manual de Oslo: Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica*. http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf
- Marchesani, F., Masciarelli, F., & Doan, H. Q. (2022). Innovation in cities a driving force for knowledge flows: Exploring the relationship between high-tech firms, student mobility, and the role of youth entrepreneurship. *Cities*, 130(June 2021), 103852. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103852>
- Mars, M. M., & Rios-Aguilar, C. (2010). Academic entrepreneurship (re)defined: Significance and implications for the scholarship of higher education. *Higher Education*, 59(4), 441–460. <https://doi.org/10.1007/s10734-009-9258-1>
- Mayer, H., & Motoyama, Y. (2020). Entrepreneurship in small and medium-sized towns. *Entrepreneurship and Regional Development*, 32(7–8), 467–472. <https://doi.org/10.1080/08985626.2020.1798556>

- Mineiro, A. A. da C., Souza, D. L., Vieira, K. C., & Castro, C. C. (2018). Da Hélice Tríplice a Quintupla: Uma Revisão Sistemática a Systematic Review From Triple To Quintuple Helix. *E&G Economia e Gestão*, 18(51), 77–93.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2017). The open book of Social Innovation. In *The Young Foundation* (Vol. 10, Issue 12).
- Reis, L. P., Cóser, I., & Gonçalves, E. (2011). Políticas Públicas para Inovação: os casos do Programa Primeira Empresa Inovadora (PRIME) e Programa de Incentivo à Inovação (PII) de Minas Gerais. *XXI Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas*, 1–15.
- Schaeffer, P. R., Fischer, B., & Queiroz, S. (2018). Beyond education: The role of research universities in innovation ecosystems. *Foresight and STI Governance*, 12(2), 50–61. <https://doi.org/10.17323/2500-2597.2018.2.50.61>
- Schaeffer, P. R., Guerrero, M., & Fischer, B. B. (2021). Mutualism in ecosystems of innovation and entrepreneurship: A bidirectional perspective on universities' linkages. *Journal of Business Research*, 134(May), 184–197. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.05.039>
- Schmitz, A. (2017). *A inovação e o empreendedorismo na Universidade: um framework conceitual sistêmico para promover desenvolvimento socioeconômico*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Shkabatur, J., Bar-El, R., & Schwartz, D. (2022). Innovation and entrepreneurship for sustainable development: Lessons from Ethiopia. *Progress in Planning*, 160(December 2020), 100599. <https://doi.org/10.1016/j.progress.2021.100599>
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16, 20–45. <https://doi.org/10.1590/s1517-45222006000200003>
- Stevenson, H. H., & Jarillo, J. C. (2007). A paradigm of entrepreneurship: Entrepreneurial management. *Strategic Management Journal*, 155–170. https://doi.org/10.1007/978-3-540-48543-8_7
- Tricarico, L., De Vidovich, L., & Billi, A. (2022). Entrepreneurship, inclusion or co-production? An attempt to assess territorial elements in social innovation literature. *Cities*, 130(October 2021), 103986. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103986>
- Zhao, F. (2005). Exploring the synergy between entrepreneurship and innovation. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, 11(1), 25–41. <https://doi.org/10.1108/13552550510580825>